
A CONSTITUIÇÃO DE UMA ELITE RURAL: O CASO DOS SOJICULTORES EM MATO GROSSO DO SUL (DÉCADAS DE 1970-80)

THE COMPOSITION OF A RURAL ELITE: THE CASE OF
SOYBEAN PRODUCERS IN MATO GROSSO DO SUL
(IN THE 70S AND 80S)

LA CONSTITUCIÓN DE UNA ELITE RURAL: EL CASO DE LOS
PRODUCTORES DE SOJA EN MATO GROSSO DEL SUR
(DÉCADAS DE 1970/80)

*Nataniél Dal Moro**

Resumo: O poder público federal, sobretudo a partir da instauração da Ditadura Civil Militar de março de 1964, incentivou abertamente a ocupação de terras do oeste brasileiro com algumas monoculturas, em especial as do milho e da soja. Essa política intensificou ainda mais a migração de sulistas à região hoje chamada de Estado de Mato Grosso do Sul. No final da década de 1960 já havia plantio de soja em algumas áreas, contudo, a produção e a produtividade eram muito aquém da desejada. No decorrer das décadas de 1970-80, a produção agrícola realizada pelos sojicultores se tornou cada vez mais significativa no âmbito estadual. A presença dessas pessoas não ficou restrita ao espaço rural, já que ocuparam também ambientes sociais e institucionais nas cidades. Tendo em vista essa concreteness histórica e social, este artigo problematiza como esses migrantes, em particular os que trabalhavam com a monocultura da soja, se constituíram numa elite rural de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Oeste brasileiro; monocultura da soja; migração; elite.

Abstract: The Brazilian government, especially from the introduction of the Military Dictatorship of March 1964, openly encouraged the land occupation in the west of the country and with some monocultures, especially corn and soybean. This policy has intensified even more the migration of southerners to the region today called State of Mato Grosso do Sul. In the late 60s there already were soybean plantations in some areas, however, production and productivity were far short of desired. In the 70s and 80s agricultural production carried out by soybean producers became increasingly significant at state level. The presence of these people was not restricted to rural areas, since they also occupied social and institutional environments in the cities. In view of this social and historical concreteness, this article problematizes how these migrants, especially those who worked with soybean as monoculture, set themselves up as a rural elite of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Western Brazil; monoculture of soybean; migration; elite.

Introdução¹

A presença de migrantes na região sul de Mato Grosso foi uma

constante nesse território, em especial depois do término da Guerra contra o Paraguai (1864-1870), e os motivos que trouxeram tais pessoas à região são bastante diversos, tendo em vista que a problematização de uma mesma fonte, conforme o enfoque teórico-metodológico, pode externar distintas representações do real. Ao que tudo indica, o maior atrativo às frentes migratórias, por vezes também chamadas de frentes pioneiras, era justamente a “excepcionalidade” do solo, no sentido de ser “fértil” e, ainda, “desocupado” de elementos nacionais, ideia essa que é muito recorrente nos textos escritos por autores memorialistas (MORO, 2012b, p. 30-45).²

Essa área – desmembrada em 1977 do Estado de Mato Grosso e que depois passou a ter o nome de Estado de Mato Grosso do Sul – tornou-se o local de destino para milhares de sujeitos no decorrer do século XX. A região recebeu adventícios de muitas partes do mundo e de todas as Unidades Federativas do Brasil, com destaque para os paulistas, paranaenses, mineiros, goianos, pernambucanos, baianos e gaúchos. Quando somamos a quantidade de migrantes que chegaram nessa região entre as décadas de 1960 e 1980, o número ultrapassa, segundo dados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Setor de Documentação e Disseminação de Informações de Mato Grosso do Sul (2003), a casa das 500 mil pessoas, sendo que ocorreu uma diminuição do percentual da população rural – que era de 66,3% na década de 1940 e passou para 32,9% no final da década de 1970; por outro lado, no mesmo período houve um aumento de mais de 800% da população urbana.

Os anseios, as atividades profissionais e os interesses desses sujeitos eram os mais diversos possíveis, entretanto, há um objetivo que parece perpassar todos eles: a vontade de construir uma vida economicamente menos instável e, portanto, mais sólida em terras do oeste brasileiro e/ou via rendimentos obtidos por meio das terras do oeste brasileiro. Foi com esse intuito que a então região sul de Mato Grosso recebeu, sobretudo a partir do último lustro da década de 1960, milhares de migrantes sulistas em busca de terras para realizar alguns plantios agrícolas, em específico de determinadas monoculturas. Uma parte dos adventícios desfez-se das suas propriedades na Região Sul do Brasil e, com o valor auferido, comprou um volume bem maior de terras no sul de Mato Grosso.

Só para termos uma noção, do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 1940-1960, emigraram cerca de 2,75 milhões de pessoas para o Estado do Paraná (COSTA et al., 1998, p. 274), muitos dos quais, depois, dirigiram-se para o sul de Mato Grosso, área que também recebeu vários migrantes nordestinos que haviam, em princípio, migrado para o Estado de São Paulo. E não deixemos de mencionar aqui que uma parte dos migrantes nordestinos, naturalmente os mais humildes, só chegou a Mato Grosso pelo fato de os órgãos públicos daquele Estado, e também do Estado do Paraná, terem custeado as despesas, encaminhando-os a Mato Grosso, mais especificamente para Campo Grande,

porque essa era “uma terra onde” havia – e isso os migrantes tinham ouvido dizer – “emprego que nem ladrão” conseguia acabar (MORO, 2012b, p. 104).

A vinda de migrantes, no entanto, não estava deslocada das políticas públicas do período. O governo federal, sobretudo a partir das décadas de 1930-1940, época da “Marcha para o Oeste”, incentivou e financiou largamente a saída de pessoas de suas terras natais para áreas que foram pensadas como menos povoadas do Estado de Mato Grosso, que, nessa época, também era conhecido, dentre outras denominações, por alguns cognomes, tais como: Confins da Nação, Grande Estado do Brasil Central, Grande Estado do Oeste Brasileiro, Hinterlândia Brasileira e Sibéria Brasileira (MORO, 2014, p. 238-239). Nas palavras de Lenharo (1989, p. 72-73): “A marcha é fundamentalmente social. O regime está voltado para o esquadramento político-social dos trabalhadores, lançando mão de dispositivos que cerceiam as suas formas livres de organização e imponha-lhes a sua organização única e atrelada, com os olhos no campo, para onde almeja estender a mesma estratégia de dominação utilizada no mundo da fábrica.”

No caso dos migrantes, que trabalhavam com a agricultura e/ou atividades relacionadas a ela, porém num outro e posterior contexto histórico, este fomento continuou a ser realizado pelo governo federal, sendo que tal prática foi muita expressiva no decorrer da Ditadura Civil Militar, iniciada na década de 1960. Por meio de programas, projetos e planos que estavam inseridos numa ideologia de integração nacional, como o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), as autoridades militares promoveram o desenvolvimento de várias atividades econômicas no sul de Mato Grosso, e paralelamente deram corpo para uma determinada forma de modernização (MORO, 2007b; 2009a).

Em linhas gerais, o PRODEGRAN, que teve início em 1976 e foi extinto em 1978, tinha como área de atuação o território da Região da Grande Dourados. O objetivo central foi o de fomentar na região abrangida pelo referido programa uma agricultura de alta produtividade. Além disso, visou melhorar a produção agrícola desta região, algo que de fato ocorreu, pois a área agrícola plantada aumentou mais de 1000% em algumas municipalidades e a quantidade de grãos produzidos teve acréscimo, em média, de 500% na Região da Grande Dourados. Este programa abarcou, de início, mais de 20 municipalidades. A saber: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

Já o POLOCENTRO, que vigorou de 1975 a 1979, teve como área de atuação a Região Centro-Oeste e parte do Estado de Minas Gerais. O objetivo principal foi o de incorporar áreas do cerrado brasileiro até então não ocupadas, ou até mesmo as ocupadas pela agricultura tradicional, dotando-as

de meios para produzir alimentos e, com isso, exportar essa produção, que na maior parte era de grãos (ABREU, 2001, p. 74-197; MORO, 2007b, p. 91-98).

José Graziano da Silva lembrou-nos, ainda em 1979, de que os resultados dessas políticas – por ele pensadas como políticas de “modernização parcial da agricultura” no Brasil – também contribuíram para que fossem “agravados os índices de pobreza dos trabalhadores”. Além disso, a monocultura de alguns grãos passou a predominar sobre outros, e nesse processo geralmente as culturas de subsistência ficaram desguarnecidas de fomento público. Conforme escreveu José Graziano da Silva, é

fato inegável que a modernização da agricultura, em especial a do Centro-Sul do País, se acelerou nos últimos anos. Mas é preciso destacar que esse processo não é completo, caracterizando o que se pode chamar de uma modernização parcial da agricultura num duplo sentido. Primeiro, porque essa modernização se restringe a alguns produtos e regiões. Não é necessário repetir que em função disso o café, a cana-de-açúcar, a soja, o trigo, etc., são chamados de “culturas de rico”, ficando o feijão, o leite, a fava, grande parte do arroz e do milho, conhecidos como “culturas de pobre”. Tampouco é necessário enfatizar que o Centro-Sul do País não é somente a região que concentra a produção industrial, mas também sua produção agrícola. [...] O segundo sentido em que se poderia chamar a modernização da agricultura brasileira de parcial é que, mesmo em relação aos produtos e áreas específicas em que se faz presente, ela atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo. Por exemplo, as culturas tropicais como a cana, café, cacau e borracha não têm a sua colheita mecanizada, até mesmo por razões técnicas em alguns casos e econômicas em outros (SILVA, 1979, p. 63).

Em síntese, essa “modernização da agricultura brasileira”, conforme externou Graziano da Silva (1979, p. 63), contribuiu para que fossem agravados no Brasil, ainda mais, “os índices de pobreza dos trabalhadores rurais.” Essa forma política de atuar, por sua vez, fez com que as terras do sul de Mato Grosso – mas é claro que no Brasil não somente as terras desta região – fossem transformadas, bem como representadas, nomeadamente pelo poder público, instituições privadas e vários meios de comunicação, em “áreas produtivas” e, por tabela, passassem a ser associadas positivamente ao termo “tapetes verdes”.

Até a década de 1960, a região sul de Mato Grosso, mais especificamente a área chamada de Campos da Vacaria³, tinha a sua economia calcada

basicamente na pecuária extensiva, na policultura e na agricultura de subsistência. Os pecuaristas, muitos deles descendentes de famílias fixadas na região desde o primeiro quartel do século XIX, compunham o grupo social economicamente mais importante desse território. Com a chegada de migrantes que passaram a atuar no setor agrícola, chamados em muitos casos de fazendeiros ou lavoureiros, formou-se uma outra elite: a dos sojicultores.

Por mais que se tente enquadrar esses migrantes num mesmo grupo, em alguns casos aproximando-os forçosamente de uns ou de outros grupos, bem como de frações de classe, isso não é muito proveitoso na maior parte das análises, pelo menos tendo em vista os estudos existentes até então. As histórias familiares de alguns deles, segundo afirmou Yule (1999), mostram que esses sujeitos eram agricultores de pequeno e médio destaque nas suas terras de origem. Sendo assim, cabe mencionar que tais agricultores – por vezes chamados de colonos, e que concebiam “a terra como meio de produção e melhores condições de vida”, e não “como reserva de valor, especulação imobiliária e enriquecimento” (SOUZA, 2012, p. 129) – dispunham, na maioria dos casos, de poucos bens materiais. Entretanto, há casos – mas que são pontuais e reduzidos numa análise macro – que indicam que os migrantes que fizeram “fortuna” ao empreender trabalhos com a terra em Mato Grosso do Sul já tinham uma significativa quantidade de bens materiais quando migraram para essa região.

Portanto, não é oportuno enveredar neste momento, tendo em vista o propósito deste trabalho, para uma análise que focalize a origem abastada, ou não, dos migrantes. Cabe aqui, muito mais, problematizar como o poder público federal, sobretudo após a Ditadura Civil Militar, que teve início em março de 1964, incentivou abertamente uma ocupação mais sistemática das terras do oeste brasileiro com algumas monoculturas, em especial as do milho e da soja. Essa política intensificou ainda mais a migração de sulistas à região hoje chamada de Estado de Mato Grosso do Sul, pois até outubro de 1977 esse território, ainda pertencente ao Estado de Mato Grosso, recebia a denominação de sul de Mato Grosso.

A presença dos sojicultores, por sua vez, não ficou restrita ao espaço rural, já que ocuparam também ambientes sociais, institucionais e culturais nas cidades, em particular nas municipalidades de Dourados, Maracaju, Rio Brilhante e Sidrolândia, se bem que se fazem necessários, assim pensamos, outros estudos para aquilatar essa presença nas suas particularidades e, mais ainda, nas suas relações com o restante da sociedade. Tendo em vista essa concretude histórica e social, este artigo problematiza como esses migrantes, em específico os que trabalhavam com a monocultura da soja, se constituíram, não sem o apoio do poder público, numa elite rural de Mato Grosso do Sul. Externa-se também uma parte dos problemas sociais e citadinos ocasionados pelo avanço da sojicultura no oeste do Brasil, com destaque para a redução das pequenas propriedades e a migração rural-urbana.

Outra elite rural

Em meados do século XX, a região oeste do Brasil ainda era vista como um território afastado da “civilização” nacional e, como tal, passível de todos os contratempos de lugares “incivilizados”. Nos anos de 1960, a saída de migrantes da Região Sul do Brasil para uma região do Brasil Central, à época chamada largamente pela denominação “Mato Grosso”, era vista como uma viagem cujo fim iniciava um outro processo – no sentido de conclusão de um estágio ao emigrar e início de outro ao se tornar migrante – não se tinha certeza de qual seria. Os familiares que permaneciam, em geral, ficavam temerosos em relação aos que se distanciavam, e não era apenas fisicamente, mas também pelo fato de quem nem sempre recebiam notícias dos seus. Os que se dirigiam para as terras que ficavam além do rio Paraná também portavam sentimentos não muito confortáveis, uma vez que o lugar era, na concepção destes, “o fim do mundo”. Em outras palavras, migrar para Mato Grosso era sinônimo de abandonar a “civilização” e adentrar num mundo no qual os ditames deste conceito não existiam ou, quando se faziam presentes, eram vistos como bem limitados, pois a maioria dos migrantes estava familiarizada com a realidade de um outro Brasil, sendo-lhe portanto também este outro Brasil, entenda-se o de um Brasil “civilizado”, bem mais próximo das suas concepções de mundo.

Ao mesmo tempo, os migrantes que acalentavam a ideia de construir uma vida melhor em outras plagas, também temiam pelas adversidades dessa região nova e desconhecida dos seus, já que predominava a noção de que o local era violento, de que os indígenas andavam nus pelas ruas das poucas, distantes e parcamente povoadas urbes, e que animais – como onças, serpentes, lobos, etc. – invadiam inclusive as casas existentes nas cidades e, em alguns casos, devoravam as pessoas, não sendo possível sequer enterrá-las. Ser acometido por doenças endêmicas também afligia os que se aventuravam por essas terras tão distantes do “mundo civilizado” (KUCK, 1984; MORO, 2012a).

Do ponto de vista geopolítico, a região aparecia, sobretudo para os governantes do pós-1964, como um “imenso vazio populacional”, sendo suas terras produtoras, do ponto de vista capitalista, quase que somente de carne bovina. Então, é nesse período, final da década de 1960 e no decorrer dos anos 1970, que o sul de Mato Grosso passou a receber atenções específicas do governo, nomeadamente o federal, para que a densidade demográfica aumentasse e a atividade econômica tivesse, além da pecuária extensiva, também outros setores de destaque, como no caso da agricultura de grãos.⁴

Para realizar esse trabalho, passou-se a divulgar em jornais, revistas, programas radiofônicos e televisivos, além de outros meios de comunicação, como informativos impressos, folhetos, entre outros (MORO, 2007b, p. 89), que haviam muitas terras no oeste do Brasil propícias à atividade agrícola, e que o preço destas era bem menor do que o das terras do leste brasileiro, onde

tradicionalmente a agricultura voltada à venda de alimentos já era praticada há séculos, e os espaços para plantios tornavam-se cada vez mais restritos, bem como tiveram, em alguns locais, os seus valores aumentados. Por conseguinte, essas terras, ao passo que eram utilizadas, também ficavam – conforme o plantio executado – menos produtivas se não fossem realizados os devidos trabalhos para a conservação do solo.

Em parte, foi por causa desse conjunto de fatores, e não menos em razão do pequeno valor das terras, que milhares de migrantes rumaram para o sul de Mato Grosso. Segundo informou José Roberto Garcez (1986), com a venda de 1 hectare, ou seja, de 10.000 m² em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, era possível adquirir uma área de 6 até 10 vezes maior no oeste brasileiro, e conforme a localização e a qualidade do solo/fauna, ainda poder-se-ia realizar o desmatamento e auferir rendimentos com a venda de algumas espécies de madeira, embora esta tarefa implicasse custos que nem sempre os migrantes queriam despendar.

Essa conjugação de fatores fez com que o sul de Mato Grosso recebesse, sobretudo a partir do final de década de 1960, uma expressiva quantidade de migrantes originários da Região Sul do Brasil, muitos dos quais tinham como objetivo principal o de realizar trabalhos com a terra, embora naquela época existisse um distanciamento enorme entre a intenção de realizar este projeto e a efetiva concretização do mesmo, ainda mais ao passo que alguns migrantes retornaram para as suas terras natais sem terem materializado os seus sonhos de uma “vida melhor”, em particular no sentido material do termo. Ao certo, os migrantes agricultores não sabiam muito bem o que lhe esperava nessas terras – muitas delas diversas entre si e também em relação àquelas com as quais eles já estavam habituados a trabalhar –, nem qual era a qualidade do solo, clima, características das estações do ano, ou as condições das estradas para escoar a produção, quem transportaria os grãos, e que grãos plantariam, dentre outras questões, entretanto, milhares deles migraram para o oeste brasileiro em busca de um futuro que não era tão concreto quanto as mensagens que, por vezes, foram difundidas através de alguns informativos.

Na região dos Campos da Vacaria, assim como na maior parte das áreas do sul de Mato Grosso, a compra e/ou o arrendamento de terras por parte dos migrantes agricultores não foi vista como um problema para os pecuaristas, que já estavam nesse território há décadas. Pelo contrário, muitos dos integrantes desse grupo se dispuseram de bom-grado a arrendar grandes parcelas de suas terras para os adventícios. Como já afirmou Sodré (1941, p. 84-85), as terras ocupadas pela economia da sociedade pastoril, que tinha como destaque a criação extensiva de gado, pouco ou nenhum valor tinham nessa estrutural social. No seu entender, e aqui Sodré (1941, p. 187) foi mais enfático, o oeste era uma “imensa promessa” que não se realizaria enquanto houvesse o predomínio da “grande propriedade pastoril” neste território. Levando-se em conta essa análise, entende-se em parte a conduta dos pecuaristas em ver com

bons-olhos a presença de agricultores na região, uma vez que tais sujeitos também poderiam contribuir para o “progresso” do sul de Mato Grosso, algo que eles – os pecuaristas e suas “atividades tradicionais” – não tinham conseguido realizar no decorrer de mais de um século de atuação, pelo menos não quando consideramos como base as afirmações de alguns autores, tal como as veiculadas pelo próprio Sodré (1941), pensador já citado anteriormente.

Para os pecuaristas, ter agricultores ocupando as suas terras era rentável, no mínimo, de duas formas. Primeiro, eles receberiam pelo arrendamento, antes algo pouco provável de ocorrer devido à grande quantidade de terras e a inexistência de interessados em realizar alguma outra atividade que não a da pecuária.⁵ Segundo, a utilização das terras para plantios agrícolas valorizaria sobremaneira as suas propriedades, antes parcamente utilizadas pela pecuária extensiva, sobretudo quando se estabelece um comparativo com outras formas, como a intensiva, de se aproveitar o solo, que na concepção de um oeste brasileiro que deveria ser ocupado, tornou-se um entrave à concretização deste pensamento que valorizava o primado da utilização “racional” do solo, alçando-o ao patamar de padrão de excelência, e portanto acima de todos os outros modelos existentes. A venda de propriedades rurais para os migrantes agricultores, também em razão das grandes extensões de terras que os pecuaristas tinham – e Sodré (1941, p. 84) afirmou que tais terras permaneceram da mesma forma como foram encontradas pelos afazendados –, foi muito comum nesse período, sendo, literalmente para ambos os lados, um negócio satisfatório.

No final da década de 1960 já havia plantio de soja em algumas áreas do então sul de Mato Grosso (hoje Estado de Mato Grosso do Sul), contudo, a produção e a produtividade eram muito aquém do que se desejava obter. Na década seguinte, a situação foi grandemente alterada (MORO, 2009a). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por exemplo, realizou inúmeras pesquisas e reverteu parte dos problemas enfrentados pelos sojicultores (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986).

No entanto, essa alteração/transformação, que preferimos pensá-la como sendo uma modernização – já que “chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes” (FAORO, 1994, p. 99)⁶ – atendeu muito mais alguns setores das sociedades regional, nacional – e inclusive internacional – do que outros.

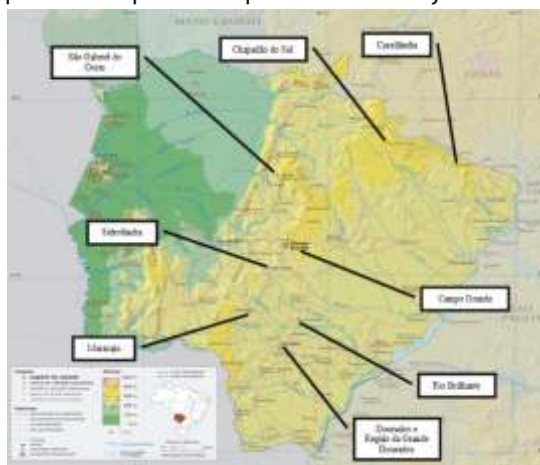
Sendo assim, entendemos que a política agrícola posta em prática pelos governos militares ajudou sobremaneira na formação de uma outra elite local, tanto que no decorrer das décadas de 1970-80, a produção agrícola realizada por esses sujeitos se tornou cada vez mais significativa no âmbito estadual. Com isso, os seus integrantes passaram a compor, em particular ao lado do grupo dos pecuaristas, uma outra parcela da elite dessa região do oeste do Brasil.

A contribuição da monocultura da soja à constituição de uma elite rural: o caso dos sojicultores

A agricultura da soja, assim como o complexo da soja, contribuiu, mais ainda, para que o oeste brasileiro fosse incorporado ao mundo do capitalismo. Este grão fez com que áreas, até então menosprezadas pelas atividades econômicas ditas “tradicionais”, passassem a ser vistas como indispensáveis à economia brasileira, já que foram tornadas referência para o modelo de utilização “racional” e intensivo do solo. Territórios onde até então havia a pecuária extensiva – que no sul de Mato Grosso, no decorrer do século XX, nomeadamente a partir de meados desse século, se tornou sinônimo de um território sub-ocupado, cujo limite dava-se pelo fato de nele haver o predomínio da pecuária extensiva –, ou nenhum plantio mais sistemático, foram transformados em lavouras de grãos – referência quase que automática de um território que passou a ser ocupado “da melhor forma possível”. Os ganhos foram expressivos para muitos dos agricultores, sobretudo no caso dos sojicultores. E foi por meio dos ganhos alcançados com o armazenamento e a venda de grãos que alguns agricultores se tornaram parte da elite rural do então sul de Mato Grosso, hoje Estado de Mato Grosso do Sul.

A importância dos sojicultores foi mais nítida em algumas municipalidades do que em outras. Deve-se destacar, sobretudo, a atuação desses agricultores nas áreas rurais dos municípios da região conhecida como Grande Dourados, que engloba mais de dez municipalidades da área centro-sul de Mato Grosso do Sul, além de Chapadão do Sul, Cassilândia, Costa Rica, Maracaju, Rio Brillante, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia, que concentram boa parte das terras onde há plantio sistemático de monoculturas agrícolas, uma vez que essas terras são mais “adequadas” para o plantio do milho e da soja do que as terras de outras regiões do Estado.⁷

Mapa 1: Principais municipalidades produtoras de soja em Mato Grosso do Sul



Fonte: Mapa, 2012 (Adaptado).

Nas áreas rurais dessas municipalidades, os agricultores dotaram as suas propriedades com silos, armazéns, galpão de máquinas, poços artesianos, casa para os trabalhadores, casa do patrão, bem como outras benfeitorias que passaram a caracterizar e ser, assim pensamos, um indicativo do poder econômico do agricultor frente aos demais grupos da sociedade. Para a edificação de tudo isso – que em linhas gerais constitui uma parte do complexo da soja – em alguns casos foi imprescindível o financiamento concedido pelos bancos estatais, em especial o Banco do Brasil. Em texto publicado em 1986, consta que:

Afora as facilidades creditícias concedidas aos sojicultores em relação aos colonos policultores, não careceu mais que a simples introdução da monocultura da soja para que o sul de Mato Grosso do Sul fosse tomado por uma inigualável preocupação com a chamada assistência ao “homem do campo”. (Na verdade trata-se de assistência não ao homem do campo, mas ao empresário rural, que por sinal mora, em sua grande maioria na cidade. O verdadeiro homem do campo, conhecido como colono, é aquela figura que, havendo resistido ao êxodo rural, ainda hoje espera por tal assistência.) Com isso as monocultores de soja passaram a desfrutar de tudo quanto os policultores – verdadeiros produtores de alimentos para o povo – jamais usufruíram, ao longo de quase cinquenta anos de trabalho na região. Tanto isso é verdade que, para dar apoio quase específico à monocultura, a região em análise passou a contar como num passe de mágica com programas específicos como o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), Curso de Agronomia (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), unidade da Embrapa Brasileira e Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), estradas pavimentadas para o escoamento da produção, eletrificação e telefonia rurais, sem contar com o surgimento de vários órgãos de assistência técnica, extensão rural e cooperativas (TETILA; MIYASHIRO; COSTA, 1986, p. 37-38).

A expressividade econômica dos sojicultores, no entanto, não ficou restrita ao mundo rural. Eles passaram a ocupar espaços também nas áreas urbanas, e de maneira muito destacada. Os valores auferidos no campo viabilizaram a compra de casas residenciais e comerciais nas cidades, lotes urbanos e apartamentos nas urbes mais populosas, como Campo Grande e Dourados, sendo que a maioria dos agricultores tinha moradia tanto na área

rural como na urbana, além de veículos bastante novos quando comparados com os do restante da população.

No campo político-partidário e institucional, agricultores, e migrantes em geral, passaram a integrar os quadros dos poderes públicos locais. Tornaram-se pessoas públicas, sendo nomeados como secretários municipais, eleitos vereadores, líderes do executivo, bem como diretores de associações classistas e educacionais, professores, além de ocuparem muitos outros cargos de expressiva relevância na sociedade. Essa presença fez com que houvesse, em algumas municipalidades, uma alteração significativa na constituição dos quadros políticos. Em determinadas municipalidades, como na de Sidrolândia, o número de migrantes ocupando cargos do executivo municipal foi superior ao de pessoas da terra/nascidas na região, que estavam bem mais ligadas ao mundo da pecuária e do comércio do que ao mundo da agricultura intensiva de grãos (MORO, 2007a).

Há que se destacar também a emancipação de alguns territórios depois de poucos meses da realização das primeiras colheitas de milho e soja. Foi em parte pela importância econômica e política desses grãos que um povoado do atual Estado de Mato Grosso do Sul – que é São Gabriel do Oeste – conseguiu efetivar a sua elevação à categoria de municipalidade (WEINGÄRTNER, 2005, p. 41).

Em meados da década de 1970, as áreas de cerrado ainda eram consideradas inóspitas e inadequadas para muitos plantios agrícolas, e justamente por esse motivo, não se plantava nelas nem milho e nem soja com muito proveito, pelo menos não do ponto de vista da agricultura comercial que se intentava implementar neste território. Com a correção do solo e a utilização de fertilizantes, além de outros produtos, como pesticidas e adubos que foram aprimorados com a realização de pesquisas ao longo do tempo, a terra passou a produzir grãos em expressiva quantidade quando estabelecemos o parâmetro do que era produzido antes, e do que passou a ser produzido depois de ser posta em prática a “Revolução Verde” em determinadas áreas do sul de Mato Grosso (RODRIGUES et al., 1971; PÓVOAS, 1977, p. 153). A partir de então, algumas áreas, antes desprezadas, passaram a ter grande valor, sendo que a população desses locais exigiu alterações nas estruturas de poder que as serviam. Esse foi o caso do município de São Gabriel do Oeste, que era distrito de Camapuã. Com o início do plantio de grãos na região, em 1977, os sojicultores mobilizaram-se para efetivar a emancipação política desse lugar. Em 1980, foi criado, então, o município de São Gabriel do Oeste (WEINGÄRTNER, 2005).

Além desse caso, a história regional registra inúmeros outros. Cabe mencionar a alteração da forma como algumas localidades eram conhecidas e como passaram a ser chamadas após a chegada dos migrantes, mais especificamente dos sojicultores nessas áreas até então sem o plantio monoculturas em larga escala, pelo menos não do milho e da soja. Exemplar é o

fato ocorrido no município de Chapadão do Sul, já que depois de imensas parcelas de terras de cerrado serem convertidas em “imensos tapetes verdes”, um dos ícones de maior destaque da “Revolução Verde”, a cidade passou a ser conhecida e chamada inicialmente, no cenário estadual, de Chapadão dos Gaúchos, numa explícita referência aos sul-rio-grandenses que aportaram na região, no final da década de 1960, para plantar soja. Processo semelhante ocorreu no município de Cassilândia, que também recebeu a denominação de Chapadão dos Gaúchos, igualmente transformado em “imensos tapetes verdes”, se aqui enfatizarmos um dos vieses do discurso modernizador que de modo recorrente foi e continua sendo, em geral, externado por meio de diversos meios de comunicação.⁸

Para problematizar essa forma de pensamento que é intitulada “Revolução Verde”, entendemos ser relevante a análise proposta por Mészáros (2004, p. 139). Este pensador, apoiando-se em parte na reflexão de Bhagavan, afirmou que as “dolorosas provas em contrário que vêm do próprio 'Terceiro Mundo'”, mostram “ser impossível implementar os frutos científicos da revolução *verde* sem o necessário fundamento social da revolução *vermelha*” (grifo do autor). Dito com outras palavras, “o impacto potencialmente benéfico dos próprios fatores tecnológicos foi anulado pelas determinações da ordem social dominante.”

Sendo assim, deve-se pensar a “Revolução Verde” como um êxito sem precedentes se focalizarmos certos pontos desse processo, mas, também, como um fracasso estrondoso se atentarmos para outros fatores, isso pelo fato de que – e aqui Mészáros (2004, p. 140) refere-se à Índia, mas é possível estender tal análise ao desenvolvimento ocorrido no Brasil – apenas “os médios e grandes fazendeiros se beneficiaram com as tímidas reformas sociais introduzidas na zona rural pelos governos [...], que tentaram substituir a inevitável revolução social pela ilusória “revolução verde”, inspirada e limitada pela tecnologia”.

Sidrolândia é outro município que também teve parte considerável do que hoje entendemos como sua história alterada pela presença dos sojicultores e das atividades relacionadas com a monocultura de grãos em larga escala. Embora a localidade fosse servida pelos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) desde o início dos anos 1940, até a década de 1960 a cidade tinha, conforme é possível observar através do relato do cronista Gregório de Protásio Alves (1991), pequeno número de habitantes e, igualmente, poucas e modestas residências.

Constata-se então que nem sempre é possível associar o “progresso” ou o “desenvolvimento” de áreas urbanas e/ou rurais à presença dos trilhos de estradas de ferro nesses locais – ou pelo menos não são todos os autores que partilham dessa análise –, tal como, por vezes, o senso comum propaga e o saber acadêmico, às vezes, oscila entre uma ou ambas as formas de análise, conforme podemos observar de algum modo nos escritos de Sodré (1941, p.

113) e, também, de Azevedo ([195-], p. 77 e 83). Portanto, o que podemos observar, e não somente em relação aos trilhos de estradas de ferro, mas também à monocultura de grãos, é que existe uma certa tendência em edificar linhas de explicação causal sobre o passado-presente para mostrar como algumas regiões “progrediram” – e outras não – depois que determinadas modernizações foram materializadas.

No caso de Sidrolândia, segundo afirmou Alves (1991), a cidade só passou a ter um maior número de habitantes e casas não tão modestas, sejam elas residenciais ou comerciais, após a chegada de migrantes agricultores, algo que se tornou mais nítido, conforme Alves (1991), no decorrer da década de 1970. Segundo essa análise, poder-se-ia pensar que foi tão expressiva a presença dos agricultores e dos seus trabalhos na dinâmica local, e uma afirmação como essa não deixa de ter também uma linha de causalidade bem aparente, que placas com os números de identificação das propriedades urbanas traziam, além de informações de praxe, a mensagem de que Sidrolândia era uma municipalidade em que a agricultura vigorava. Passou-se então a denominar essa municipalidade, sobretudo no início dos anos 1980, pelo cognome de Município da Agricultura, termo que literalmente constava, inclusive, em placas afixadas nas residências.

As informações até então externadas, desde que se aplique os pressupostos da explicação causal, mostram o quão importantes foram os trabalhos dos sojicultores para os territórios que eles ocuparam, contudo, essas mesmas informações e análises, por elas próprias, logo deslocadas de outras histórias, de outras ações, de outros sujeitos históricos, não explicitam boa parte dos nexos constitutivos da realidade. Muito pelo contrário, já que uma história contada dessa forma ajuda a ocultar a presença de outras histórias e de outros sujeitos, às vezes largamente prejudicados pelo avanço da agricultura monocultora da soja sobre áreas do cerrado de Mato Grosso do Sul e da Região Centro-Oeste como um todo.

Essa história, pouco gloriosa para os discursos políticos e institucionais, quase sempre, é negligenciada pela narrativa oficial, e que foi apropriadamente problematizada por Walter Benjamin (1985) quando este autor externou a necessidade de se historicizar as afirmações propostas por determinadas formas e conteúdos dessa filosofia da história. Os poderes constituídos, partidários de uma narrativa oficial, ressaltam sempre as contribuições ditas positivas da monocultura da soja, isto é, do “progresso” proveniente dessa cultura agrícola, contudo, não são mostradas com tanta intensidade as contribuições, digamos negativas, dessa monocultura, pois ocorreram significativas transformações nas áreas urbanas e rurais, e algumas dessas transformações contribuíram para piorar a qualidade de vida de inúmeros sujeitos.

Essas transformações negativas, pouco ou quase nada mencionadas pelos discursos oficiais que procuravam enfatizar este território como

modernizado, edificaram uma realidade na qual predomina, há décadas, enormes problemas sociais, dentre os quais podemos destacar: concentração fundiária, predomínio da monocultura sobre a policultura e/ou agricultura de subsistência, êxodo rural, com destaque para a migração rural-urbana, supervalorização de determinados territórios rurais, e também citadinos, crescimento desordenado das urbes e aumento do número de favelas/favelados nas maiores cidades de Mato Grosso do Sul.

Diante desse conjunto de situações, as mais populosas urbes sul-mato-grossenses, como Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas, e também as de médio e pequeno portes de outras Unidades Federativas do Brasil, passaram a lidar com questões pouco salientes antes do avanço da monocultura mecanizada da soja sobre áreas até então basicamente ocupadas pela pecuária extensiva, policultura e/ou agricultura de subsistência.⁹ A cidade de Campo Grande, por sua vez, constitui-se num exemplo emblemático desse processo, com particular ênfase no segundo lustro da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980, já que seus espaços públicos e privados presenciaram um expressivo aumento do número de favelas/favelados – termos muitas vezes mencionados de forma pejorativa – e de sujeitos meneando pelos espaços públicos dessa urbe, também adjetivados como andarilhos, esmoladores, mendigos e moradores de rua (MORO, 2009b, p. 123-149).

Imagem 1: Família de migrantes na Avenida Afonso Zena



Fonte: Os migrantes, agora, vieram do Paraná.
Correio do Estado, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974.

Segundo Bittar (1999), foi sobretudo em razão da concentração fundiária ocorrida na cidade de Campo Grande, no

final dos anos 70 e início dos anos 80, (que) a Capital Morena assistiu ao “boom” do surgimento das favelas, formadas basicamente de pessoas expulsas da terra [...]. Sem emprego e sem moradia, a população, oriunda das fazendas do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, erguia barracos precários e passava a viver em condições subumanas. Uma pesquisa realizada por estudantes [...] já revelava a dura realidade: na favela da vila Nhandá, uma das principais a serem formadas na capital, com mais de trezentas famílias, 50% eram provenientes do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, destas, 34,3% tinham como local de moradia anterior as próprias fazendas da região – representando um deslocamento direto do antigo local de residência para o novo local – a favela. Isso sem contar as outras famílias que, relutantes em se fixar, de imediato, naquele local, haviam “tentado a sorte” em Dourados (14,6%), em outros bairros de Campo Grande (11%), ou em cidades como Fátima do Sul, Miranda, Rio Negro, Glória de Dourados e Ivinhema (25,6%). (BITTAR, 1999, p. 244).

Cabe mencionar que determinados jornais do período, alguns deles com intenções políticas apenas parcialmente estudadas (MORO, 2012b), atuaram como partidos políticos e, também, como partidos ideológicos, uma vez que noticiaram em suas páginas a intensificação da favelização de determinadas áreas da cidade de Campo Grande, bem como divulgaram inúmeros textos e imagens a respeito da chegada e da permanência de trabalhadores pobres nessa urbe, sobretudo dos provenientes de zonas rurais, num claro indicativo da migração rural-urbana que ocorreu nessa época.¹⁰

As descrições e análises veiculadas – em específico pelo periódico *Correio do Estado*, que representava e, ao mesmo tempo, constituía uma parte das elites locais – indicam que a presença desses trabalhadores na cidade denegriu a sua imagem de urbe civilizada, ordeira, progressista e em constante crescimento, já que recorrentes vezes esse discurso foi propalado nas páginas desse jornal.¹¹

As moradias dos trabalhadores foram largamente criticadas por esse impresso, que divulgou várias imagens da “pobreza humana e material” que imperava nesses ambientes. Ao observar algumas delas, têm-se uma noção de como a realidade existente nesses espaços foi representada à época.

Imagem 2: Casebres onde morava uma parte dos trabalhadores empobrecidos¹²



Fonte: A Favela do Segredo... **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 1, 19 ago. 1975.

A arquitetura horizontalizada na qual residia uma parte dos trabalhadores foi constantemente pensada pelo jornal *Correio do Estado* como sinônimo de pobreza e de miséria. A arquitetura verticalizada, que eram os prédios, foi vista, por sua vez, como sinal de progresso e de orgulho à cidade de Campo Grande. No primeiro plano da Imagem 2 podemos ver a Favela do Segredo e, no segundo plano, do lado superior direito, alguns prédios do centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande. A distância de uma cidade em relação à outra – embora ambas ficassem em Campo Grande – era de aproximadamente mil metros.

A primeira era sinônimo de atraso, e crescia populacionalmente 11% ao mês; já a segunda, representava, segundo informou o impresso *Correio do Estado* aos seus leitores, o “desenvolvimento humano e material”, sintetizando as realizações laborais das elites que habitavam a região dos Campos da Vacaria (MORO, 2009b, p. 123-149), na qual incluíam-se tanto as elites tradicionais, composta por pecuaristas, como as em constituição, nesse caso representadas pelos lavoureiros/sojicultores.

Sendo assim, a cidade verticalizada era um indicativo “seguro” do desenvolvimento “incontestável” desta urbe que, nessa época, era a cidade que possuía, no cenário estadual, o maior número de habitantes – quase 300 mil pessoas –, bem como estampava, em decorrência de certos números, muitos deles divulgados via órgãos públicos, e depois difundidos à sociedade por meio de jornais como o *Correio do Estado*, o título de “economia mais expressiva de Mato Grosso”.

Considerações finais

A monocultura da soja, assim como a de determinados grãos e/ou a agropecuária em escala comercial, foi uma atividade agrícola largamente financiada pelo poder federal brasileiro na época da Ditadura Civil Militar. Esse

fomento transformou extensas áreas de terra, algumas delas até então não utilizadas e nem mesmo concebidas como utilizáveis pela agricultura mecanizada, em áreas totalmente cobertas por plantios agrícolas, o que ajudou a difundir a ideia de que passaram a existir “imensos tapetes verdes” em territórios antes “sem quaisquer atividades”.

O dinheiro obtido por meio dessa atividade agrícola fez com que os sujeitos que realizavam esses trabalhos, que eram os agricultores lavoureiros, mais especificamente os sojicultores, se tornassem um novo grupo da elite sul-mato-grossense. Portanto, podemos afirmar que essa elite foi constituída “sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes” (MARX, 1986, p. 45). Se por um lado não podemos perder de vista as “relações sociais”, e nas quais podemos incluir os trabalhos realizados pelos sojicultores, por outro turno também não se deve desconsiderar as “condições materiais” às quais eles tiveram acesso, e que só se fizeram possíveis porque o poder federal – não menos interessado nesse processo, mas que nem sempre tinha as mesmas posições da dos sojicultores – destinou significativas linhas de crédito para concretizar tal empreitada.

Por fim, ressaltamos que a atividade da monocultura da soja não transformou apenas “positivamente” a realidade de algumas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, mas também “negativamente”, pois o desenvolvimento – na verdade o “progresso” – obtido pelos lavoureiros nas áreas rurais construiu, até certo ponto, uma pobreza que se fez – e ainda se faz – sentir com muita intensidade nas zonas rurais e nas urbanas, haja vista a intensificação de favelas e de sujeitos empobrecidos nas cidades, sobretudo nas de maior porte, como Campo Grande e Dourados (BITTAR, 1999; MORO, 2007b, 2012b), bem como de uma diminuição do número de pequenos agricultores que praticavam a agricultura de subsistência/policultura, muitos dos quais eram indígenas. Essa realidade indica, como já afirmou Walter Benjamin (1985, p. 157), que todo “documento de cultura” de uma civilização é, ao mesmo tempo, também um “documento da barbárie” dessa mesma civilização.

Notas

* Doutor em História pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio de pós-doutoramento na área História do Brasil, realizado no Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC/PUC-SP). E-mail: natanieldalmoro@bol.com.br

¹ Este texto, do qual apresentei uma versão um pouco reduzida no 39º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos (São Paulo, CERU/USP, 2012), foi escrito com apoio da CAPES.

² Em especial sobre as frentes migratórias ocorridas antes do período da Guerra

contra o Paraguai, também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, ver particularmente o texto escrito por Brazil (2009). A autora – e concordamos de forma plena com a sua análise neste aspecto – escreveu que determinados trabalhos que se propõem a realizar uma história das “famílias pioneiras”, acabam por externar, na verdade, “mais uma reprodução do tradicional culto às classes proprietárias do passado, ainda tão comum na região” (BRAZIL, 2009, p. 221).

³ Os Campos da Vacaria, conforme o ponto de vista e as fontes consultadas, variam em termos geográficos e/ou históricos, e diferem ainda mais conforme a cronologia adotada. Portanto, nem sempre existem correspondências quando se confrontam essas perspectivas. Sendo assim, enfatizaremos, neste estudo, os Campos da Vacaria não como um termo que comporta uma clareza meridiana, mas sim como um ponto de referência – porém não o único – no qual temos o desenvolvimento da “Revolução Verde” sobre terras do sul de Mato Grosso no decorrer da segunda metade do século XX.

⁴ Tamanha foi a relevância da utilização de terras do oeste brasileiro para a agricultura mundial (leia-se sobretudo monocultura da soja, e em áreas de Cerrado), visando produzir alimentos “para todas as pessoas”, que os esforços foram reconhecidos em nível mundial. No ano de 2006, o ex-ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, o ex-diretor técnico do Centro de Pesquisas da Embrapa, Edson Lobato, e um pesquisador do Instituto Internacional de Pesquisa dos Estados Unidos da América, Colin McClung, foram laureados com o Prêmio Mundial de Alimentos, entregue na cidade norte-americana de Des Moines, no mês de outubro desse ano. Vale destacar que o pesquisador Colin McClung iniciou sua atuação no Cerrado ainda na década de 1950, sendo que para nesse tempo a iniciativa foi pioneira (BRASILEIROS, 2006).

⁵ Numa análise pormenorizada poder-se-ia elencar inúmeras outras atividades além da pecuária. Contudo, o que importa aqui é mencionar as atividades econômicas mais destacadas do ponto de vista quantitativo e da importância política que tinham, e não tanto as que eram feitas à “margem”.

⁶ Segundo Faoro (1994, p. 99), na “modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. [...] Na modernidade, a elite, o estamento, as classes – dizemos, para simplificar, as classes dirigentes – coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na modernização. A modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a modernização, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda.”

⁷ O plantio desses grãos – milho e soja – era possível de ser realizado em outras municipalidades, no entanto, os gastos para a correção do solo, que carecia de adubos e outros cuidados, tornavam o negócio menos viável.

⁸ A expressão “imensos tapetes verdes” refere-se à visualização que se tem das áreas

onde há plantio de soja, e também de outros grãos, em particular na época em que as folhas das plantas possuem a coloração verde. Já numa perspectiva simbólica, o termo “imensos tapetes verdes”, quando veiculado e aceito de forma acrítica, ajuda a legitimar e a impor à sociedade, ainda mais, a ideia de que a monocultura da soja – como foi e continua sendo dita de forma proposital há anos – é, de fato, um “progresso”, tal qual alguns grupos propagam, bem como que este “progresso” se estende para todos os sujeitos. Ademais, não nos esqueçamos de que as noções de “progresso”, de “desenvolvimento”, etc., são formas de “construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo.” (BOURDIEU, 1990, p. 157). Sendo assim, o “progresso” da monocultura da soja passa a ser visto como um “benefício” ou, mais do que isso, como uma “dádiva” que não se restringe apenas a alguns trabalhadores, mas sim se alastra ao conjunto da sociedade. Portanto, dentro dessa lógica, inclusive os sujeitos que não são “tão produtivos”, “tão trabalhadores”, acabam sendo agraciados com parte das “benfeitorias” que essa atividade agrícola edifica e espalha à sociedade como um todo.

⁹ A pecuária extensiva em Mato Grosso do Sul, antes da existência da monocultura de grãos, permitia a presença de posseiros em algumas partes das fazendas de gado ou nas terras em que não havia atividades da economia pecuária. No entanto, com criação de determinadas leis na esfera federal e, sobretudo, a propagação da monocultura mecanizada do milho e da soja, os posseiros foram drasticamente reduzidos. Essas pessoas, por sua vez, migraram, e essa migração foi forçosa, para as áreas urbanas. Parte dos posseiros, que era de pequenos trabalhadores rurais, em geral humildes, transformou-se em moradores urbanos que passaram a ocupar o espaço público das cidades e, quando edificavam as suas residências, foram denominados largamente pela terminologia de “favelados”. Cabe lembrar que a condição de empobrecidos, independente da localização territorial, que antes era rural e depois urbana, permaneceu.

¹⁰ Em Campo Grande, por exemplo, a população rural, que nos anos 1940 representava mais de 50% dos habitantes, passou, no ano de 1980, para 2,8%; já a população urbana, que na década de 1940 correspondia a 49,3% da população, foi alterada, em 1980, para 97,2% (FIBGE, 2003, p. 5).

¹¹ O partido ideológico, segundo Gramsci (1975, p. 1352-1353), não é um reflexo ou uma manifestação do mundo social, pois constitui e também é constituidor do social no sentido de ser uma força ativa da sociedade, e, portanto, não apenas derivação desta, tal como o partido político. Justamente por causa dessa postura, e que se faz notar de forma constante nas páginas do jornal *Correio do Estado* durante décadas, em especial nas de 1960-70, deve-se ressaltar que esse periódico não foi apenas um partido político, mas sim um partido ideológico na acepção gramsciana do termo, em específico pela sua atuação na defesa dos interesses de alguns grupos citadinos, mais detidamente no caso dos comerciantes que trabalhavam no centro da cidade de Campo Grande.

¹² Outros detalhes a respeito das moradias, bem como de algumas das distintas formas de residir e/ou de ocupar os espaços citadinos que os trabalhadores empobrecidos materializaram na cidade de Campo Grande, como as que

podemos através das Imagens 1 e 2 deste artigo, constam nos seguintes trabalhos: Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70) e O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70) (MORO, 2007b, 2012b).

Referências

- A Favela do Segredo... **Correio do Estado**, Campo Grande, 19 ago. 1975, p. 1.
- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. Tese (Doutorado de Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.
- ALVES, Gregório de Protásio. **Sidrolândia: história dos pioneiros**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1991.
- AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o oeste**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [195-].
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985.
- BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRASILEIROS GANHAM NOBEL DA ALIMENTAÇÃO. **O Estadão**, São Paulo. Disponível em: <http://tc.ciadocha.com/noticia_detalhe.asp?cod=1713#>. Acesso em: 16 jun. 2006.
- BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Orgs.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2009, p. 219-250.
- COSTA, Elmar Bones da et al. **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Porto Alegre, 1998.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE); Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). **Evolução**

da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

GARCEZ, José Roberto e equipe O Interior. **O grito do campo.** Porto Alegre, Associação Riograndense de Imprensa (ARI), p. 40-50, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere.** Torino: Einaudi, v. 2, 1975.

KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. **Revista Veja**, São Paulo, p. 88-92, 19 set. 1984.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989.

MAPA DOS ESTADOS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://brasilcc.blogspot.com.br/2012/01/mapas-dos-estados-brasileiros.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MORO, Nataniél Dal. De trabalhador rural para operário urbano. **5º Encontro Nacional sobre Migrações.** 2007a. Disponível em: <http://www.abep.net/po.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_tra_rur_o_pe.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2007.

_____. **Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).** Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007b.

_____. O poder legalizado no processo de formação das fronteiras econômica e demográfica no sul do Estado de Mato Grosso (décadas de 1960-70). **História em reflexão:** Revista Eletrônica História da UFGD, Dourados, v. 3, n. 6, p. 1-15, 2009a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/-index.php/historiaemreflexao/article/view/474/342>>. Acesso em: 27 dez. 2009.

_____. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). **Fronteiras:** Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da UFGD, Dourados, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009b.

_____. O cotidiano dos caminhoneiros no oeste do Brasil. **Tempos históricos,** Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 2, p. 143-158, jul./dez. 2012a.

_____. **O pensar da elite sobre o povo comum:** espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-

70). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012b.

_____. Formas de conceber a terra no oeste do Brasil. **História Revista**, Goiânia, UFG, v. 19, n. 1, p. 237-264, jan./abr. 2014.

Os migrantes, agora, vieram do Paraná. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974.

PÓVOAS, Lenine de Campos. **Mato Grosso, um convite à fortuna**. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.

RODRIGUES, Carlos et al. **Mato Grosso, um salto no tempo**. Álbum especial do Governo Pedro Pedrossian. Brasília: C.R. Editora, 1971.

SILVA, José Graziano da. I – Para onde vai a agricultura? In: Dois enfoques sobre a agricultura no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 10, p. 58-69, abr. 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SOUZA, Edison Antônio de. Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica. Estado e políticas públicas. **Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 2, p. 125-141, jul./dez. 2012.

TETILA, José Laerte Cecílio; MIYASHIRO, Ana Youko; COSTA, Euzanete Medeiros da. O impacto da soja ao sul de Mato Grosso do Sul: problemas da terra e do homem. **Revista Científica e Cultural**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 31-53, 1986.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **São Gabriel do Oeste**: memória e imagens de uma história. Campo Grande: Alisolete Antônia dos Santos Weingärtner, 2005.

YULE, Marlene Fátima da Silva. **Migrações do gaúcho lavoureiro para Sidrolândia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 1999.

Recebido em: dezembro de 2013.

Aprovado em: agosto de 2014.